



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 42 /89.

APROVA as Instruções relativas ao Concurso C - 021, para ascensão às Categorias Funcionais de Auxiliar Judiciário, Código TRT - IIª-AJ.023, Classe "A" e Auxiliar em Atividades Judiciárias, Código LT-IIª-AJ.029, Classe "A", do Quadro e Tabela Permanentes de Pessoal, da Secretaria do T.R.T. da 11ª Região.

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e das que lhe confere o Art. 96, inciso I, letra "e", da Constituição da República Federativa do Brasil, e nos termos do Art. 18, inciso XXXIX, do Regimento Interno, combinado com as disposições da Resolução nº 010/89, e

CONSIDERANDO que, existe nesta Justiça, cargos vagos de Auxiliar Judiciário e Auxiliar em Atividades Judiciárias, a serem preenchidos, mediante ascensão funcional, conforme Art. 11 da Resolução nº 010/89,

R E S O L V E, unanimemente, APROVAR as seguintes Instruções destinadas a regular o Concurso C - 021, para ascensão aos cargos de Auxiliar Judiciário, T.R.T. - IIª - AJ.023, Classe "A" e de Auxiliar em Atividades Judiciárias LT-IIª-AJ.029, Classe "A", do Quadro e Tabela Permanentes de Pessoal, da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.



40
42

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

02.

DAS CONDIÇÕES DO CONCURSO

Art. 1º - Ao Concurso poderão inscrever-se todos os servidores integrantes do Quadro e Tabela de Pessoal, da Justiça do Trabalho da 11ª Região, não importando a Classe a que pertençam e desde que:

- a) não estejam na primeira referência da Classe inicial da respectiva Categoria Funcional;
- b) sejam portadores de diploma ou prova de conclusão de curso colegial ou 2º grau de ensino ou de nível equivalente;
- c) não estejam licenciados para trato de interesses particulares, quando regido pelo Estatuto ou com o contrato de trabalho suspenso, quando regido pela C.L.T.

DAS PROVAS E NOTAS

Art. 2º - O Concurso constará de provas de seleção, que serão as seguintes:

- a) PROVA DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO;
- b) PROVA DE DIREITO;
- c) PROVA DE MATEMÁTICA; e,
- d) PROVA DE DATILOGRAFIA.

seg
M
Assessor

§ 1º - A PROVA DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO constará de:

tará de:

Se Secret



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

03.

I - Redação de um dos seguintes atos: ofício e requerimento.

II - Questões objetivas referentes a:

1. Conhecimentos sobre redação oficial: abreviaturas.

2. Conhecimentos de língua portuguesa:

a) Fonética: encontros vocálicos e consonantais;

b) Ortografia e acentuação;

c) A palavra: processos de formação, classes e emprego;

d) O vocábulo: sinonímia, polissemia e contexto;

e) Análise sintática;

f) Sintaxe de concordância nominal e verbal.

g) Sintaxe de regência nominal e verbal;

h) Sintaxe de colocação;

i) Pontuação; e,

j) Vícios de linguagem.

III - Esta prova valerá até 10 (dez) pontos.

§ 2º - A PROVA DE DIREITO constará de:

I. Organização da Justiça do Trabalho: Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho, Juntas de Conciliação e Julgamento. Juizes de Direito investidos da administração da Justiça do Trabalho. Ministério Público junto à Justiça do Trabalho, suas atribuições.

JT - 017



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

04.

2. Carteira de Trabalho e Previdência Social. Requisitos e valor das anotações.
3. Limitação do tempo de trabalho: jornada de trabalho, horário de trabalho, trabalho extraordinário e trabalho noturno.
4. Repouso semanal e em feriados.
5. Salário mínimo.
6. Férias anuais remuneradas.
7. Contrato de trabalho do menor-aprendiz.
8. Gratificação Natalina.
9. Salário-maternidade
10. Do contrato individual de trabalho: definição e prazos de duração do contrato individual de trabalho.
11. O salário-família e sua aplicação e condições de percepção.
12. Causas de dissolução do contrato de trabalho: faltas cometidas pelo empregado e pelo empregador.
13. Aviso Prévio e Indenização de antiguidade.
14. Estabilidade: decenal e sindical.
15. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço: opção, retratação, opção com efeito retroativo, depósito e hipóteses de movimentação.
16. Formas de reclamação: dissídios individuais e dissídios coletivos. Notificação das partes.
17. Recursos admissíveis no processo trabalhista. Prazos de recursos.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

05.

18. Cálculo das custas na Justiça do Trabalho.

19. Poderes da República - Órgãos do Poder Judiciário Federal.

20. Organização da Administração Pública Federal. Reforma Administrativa: administração direta e indireta (autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações).

21. O funcionário público civil e seu Estatuto. Formas de provimento e vacância dos cargos públicos.

22. Vencimento e remuneração. Gratificação. Diárias e ajuda de Custo. Licença e férias. Estabilidade. Aposentadoria.

23. Da responsabilidade civil, administrativa e penal dos servidores públicos. Crime contra a administração pública: peculato, concussão, corrupção passiva, advocacia administrativa e violação do sigilo funcional.

1 - Esta prova valerá até 10 (dez) pontos.

§ 3º - A PROVA DE MATEMÁTICA constará de:

1 - Resoluções de questões objetivas sobre o seguinte programa:

1. Operações fundamentais sobre números inteiros e fracionários.

2. Sistema legal de unidades de medidas: medida de comprimento, área, volume, capacidade e massa.

3. Potência e raízes: operações com potência. Regra prática para extrair raiz quadrada.

4. Divisão proporcional: regra de três simples e composta.

[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin]

[Handwritten signature]
S. S. S. S. S.
JT-017



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

06.

5. Percentagem e juros simples.

II - Esta prova valerá até 10 (dez) pontos.

§ 4º - A PROVA DE DATILOGRAFIA constará de:

I - Trabalho datilográfico, com tempo marcado, em que o candidato deverá demonstrar habilidade necessária para travar e destravar a máquina, ajustar o papel, graduar o tabulador e efetuar as operações de manejo das peças usuais no trabalho, constante da cópia do original que contenha tabela e trecho, parte impressa e parte manuscrita, com correção marcada à margem, transposição, inclusão e supressão de frases.

II - Esta prova valerá até 10 (dez) pontos.

§ 5º - As notas variarão de 0 (zero) a 10 (dez) pontos e o resultado final será a média dos graus obtidos nas quatro provas, considerando-se habilitado o candidato que obtiver nota final igual ou superior a 05 (cinco) e, pelo menos, 05 (cinco) pontos em cada prova.

§ 6º - Em caso de empate será observada a seguinte ordem de preferência para desempate:

- a) o que contar mais tempo de efetivo exercício no T.R.T. da 11ª Região;
- b) o que contar com mais tempo de efetivo exercício na Justiça do Trabalho;
- c) o que contar com mais tempo de efetivo exercício no Serviço Público Federal;
- d) o que contar com mais tempo de efetivo exercício no Serviço Público;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

07.

- e) o casado;
- f) o de maior prole; e,
- g) o mais idoso.

Art. 3º - A abertura da inscrição ao concurso e a fixação do prazo respectivo, serão divulgados através de edital publicado na Imprensa Oficial e afixado no Quadro de Avisos do T.R.T. e das J.C.Js. da Região.

§ 1º - No mesmo ato, o interessado fornecerá 02 (dois) retratos recentes, no tamanho 3x4, tirados de frente e sem chapéu.

§ 2º - Aos servidores com lotação nas Juntas localizadas fora de Manaus, deverá ser encaminhada, através do Diretor da Junta, toda a documentação necessária para inscrição no Concurso, a qual depois de devidamente preenchida deverá ser devolvida à Comissão do Concurso, observado o período de inscrição.

Art. 5º - Ao candidato inscrito será fornecido um cartão de identificação, sem o qual não terá acesso ao local de realização das provas.

Art. 6º - A ficha de inscrição só será aceita se estiver devidamente preenchida, sem qualquer emenda ou rasura.

Art. 7º - Não será permitida, sob qualquer pretexto, inscrição condicional, devendo ser indeferido, pela Comissão do Concurso, liminarmente, o pedido insuficientemente instruído.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

08.

Art. 8º - A inscrição será aberta pelo prazo a ser fixado no Edital do Concurso.

Art. 9º - Os pedidos de inscrição serão encaminhados pelo funcionário encarregado de seu recebimento, à Comissão do Concurso, para os fins de direito.

Art. 10 - O candidato que fizer, na ficha de inscrição declaração falsa ou inexata terá a inscrição cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes.

DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS E DO JULGAMENTO

Art. 11 - As provas de seleção serão realizadas após o mínimo de 30 (trinta) dias do encerramento da inscrição.

Art. 12 - As provas terão a duração que for determinada pela Comissão do Concurso e se realizarão em Manaus, em local prefixado, para os servidores com lotação no T.R.T. e Juntas desta Capital e nos prédios das respectivas JCs., para os servidores lotados fora da sede, com aviso que terá a antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, pelo menos e serão prestadas perante a Comissão ou pessoa para tal fim designada pelo seu Presidente.

Parágrafo-único - Nas provas manuscritas, será usada, obrigatoriamente, pelos candidatos, caneta esferográfica de tinta de cor azul.

Art. 13 - Não haverá segunda chamada para qualquer prova, importando a ausência do candidato na atribuição do grau 0 (zero) à prova que tiver faltado.




JT-017



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

09.

Art. 14 - O candidato deverá exibir o seu cartão de identificação antes de cada prova, sob pena de ser considerado ausente.

Art. 15 - O candidato que se recusar a prestar qualquer prova ou se retirar do recinto durante a realização da mesma sem a devida autorização, ficará automaticamente eliminado do Concurso.

Art. 16 - Será também excluído, por ato do examinador, o candidato que se tornar culpado de incorreção ou descortesia para com qualquer dos examinadores, seus auxiliares ou autoridades presentes. Idêntica penalidade será aplicada ao candidato que, durante a realização de qualquer prova, for surpreendido em flagrante comunicação com outros candidatos ou pessoas estranhas, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma, bem assim, utilizando-se de livros, notas ou impressos.

Art. 17 - Concluídos os trabalhos de realização de cada prova, observar-se-á, para perfeita garantia da objetividade do julgamento o seguinte:

- a) os talões de identificação que acompanham as capas serão destacados, logo após o término de cada prova, e ficarão em invólucros lacrados, até a conclusão do respectivo julgamento;
- b) cada talão receberá um número não correspondente ao da inscrição do candidato, repetido, para identificação, na capa do qual o talão for destacado.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

10.

Art. 18 - O julgamento das provas será feito segundo o critério fixado pelos examinadores.

Art. 19 - As notas serão lançadas nas provas antes do trabalho de identificação e divulgação das notas obtidas em cada prova, que se fará publicamente, em local, dia e hora, previamente designados, constante de aviso ou edital publicado no Boletim Interno, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

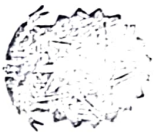
Art. 20 - À prova que apresentar sinal ou contiver expressão que possibilite sua identificação será atribuída nota 0 (zero).

Art. 21 - Não será admitida a revisão de provas. Erros aritméticos ou meramente materiais serão corrigidos "ex-officio" ou a requerimento do candidato, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado da divulgação do resultado.

DA COMISSÃO DO CONCURSO

Art. 22 - O Presidente do Tribunal designará uma comissão, composta de 03 (três) membros, que funcionará sob a presidência de um deles para proceder à realização do Concurso, inclusive o exame e julgamento das provas.

Art. 23 - A Comissão funcionará na sede do Tri**bu**nal Regional do Trabalho da 11ª Região, e será auxiliada por um Secretário escolhido pelo seu Presidente, podendo ain**da** requisitar e promover tudo quanto se tornar necessário ao fiel desempenho de sua missão.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

11.

Art. 24 - A Comissão providenciará a publicação do Edital de inscrição, no prazo de 08 (oito) dias, a contar da data de sua designação.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25 - Os resultados finais do Concurso serão publicados no Diário Oficial do Estado do Amazonas e no Boletim Interno, obedecendo à ordem decrescente de pontos obtidos pelos candidatos aprovados, com classificação dos candidatos do Quadro distinta da dos candidatos da Tabela, não acarretando a mudança do regime jurídico do servidor habilitado à ascensão.

Art. 26 - O Concurso será válido por 02 (dois) anos a contar da data da homologação, podendo ser prorrogado por igual prazo.

Art. 27 - A correção de linguagem será observada em todas as provas.

Art. 28 - A inscrição do candidato implicará no conhecimento das presentes instruções e do compromisso de aceitar integralmente as condições do Concurso como se acham estabelecidas.

Art. 29 - Não poderá ser membro da Comissão permanentes até o 3º grau civil, consanguíneos ou afins, de qualquer candidato.

Art. 30 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Tribunal.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



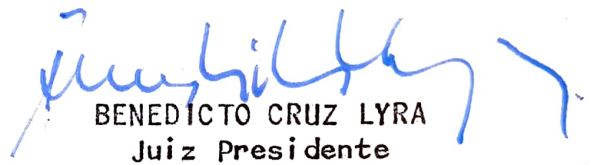
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

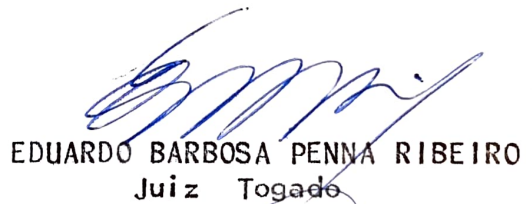
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

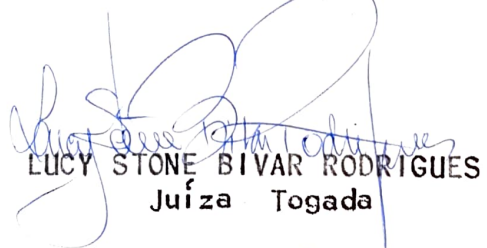
12.

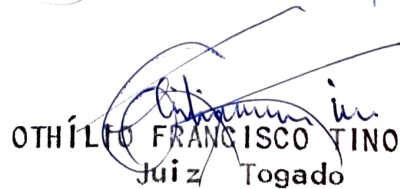
Art. 31 - As presentes Instruções entrarão em vigor na data de sua aprovação.


SALA DE SESSÕES DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO. Manaus, 04 de julho de 1989.


BENEDICTO CRUZ LYRA
Juiz Presidente


EDUARDO BARBOSA PENNA RIBEIRO
Juiz Togado


LUCY STONE BIVAR RODRIGUES
Juíza Togada


OTHÍLIO FRANCISCO TINO
Juiz Togado


LAURO DA GAMA E SOUZA
Juiz Togado







PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

13.

Se Desid
VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO
Juíza Presidente da 4ª JCJ de
Manaus, convocada.

Furtado
HAROLDO JORGE DE SOUZA VALLE FURTADO
Juiz Classista Representante dos
Empregadores.

Antenor Mendes da Silva
ANTENOR MENDES DA SILVA
Juiz Classista Repre -
sentante dos Empregados.

[Assinatura]